



**Departamento de  
Geografia**

**Robson Guarnieri dos Santos**

## **Metropolização em São Paulo**

**Pensando a cidade contemporânea a partir das questões de saúde**

São Paulo

2016

**Robson Guarnieri dos Santos**

## **Metropolização em São Paulo**

**Pensando a cidade contemporânea a partir das questões de saúde**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientação: Professora Amélia Luisa Damiani.

São Paulo

2016

## **Agradecimentos**

À Amélia pela disposição, paciência e incentivos desde sempre, mesmo diante das dificuldades e dores da vida.

Agradeço aos meus familiares: Vó Irene, Mafalda, Vitório, Magali, Natália, Julia, Eleonora, Gustavo, Rodrigo, Filipi, Pedro e toda gente da Patriarca, Itaim e São Miguel.

Ao Léo, Willian, Vagner, Valmir, Michel e todos que fizeram da rua Jacques o quintal na década de noventa.

Por tantas lições, agradeço à Angélica e sua família.

Pelas primeiras lições, Glicio, Clenira, Roseli, Marcelo e Valdo.

À Eliselma e à dona Antônia, gratidão por traduzirem o sentido desse lugar.

Ao Ivan, Diego, Demétrius e Antônio Cicero, grato pelas parcerias.

À Denise, Sandra e Débora por tantas vezes apresentarem caminhos possíveis com risadas e seriedade.

Ao Jean, Luciano, Marcio, Jakson e toda turma que muito contribui com o grupo de estudos no Laboratório de Geografia Urbana.

Agradeço ao Marcelo Vitale, Marília, Jailton, Ezequiel, Zózimo, “Batata”, Maria Inês, Carla, Carlos (Caco), Fernando, Felipe, Olga, Bruno, Antônio, João, Kauê, Ricardo, Danilo, Prearo, Thiago, Tamires, Viviane, Zé Roberto, Tarcísio, Camila, Rosana, dona Alaíde, “mano Cobra”, Flávio (Marinho), Trezena, “Amaral” e família, Rodolfo, “Tete”, “Duzinho”, “Fabola”, “Bituca”, Franklin, “Chiquinho”, Renan, Mauro, “Pizza”, Ananias, Priscila, Felipe, Chris, “Del”, “Koyé”, Pablo, André, Almir, Thierry, Maurício, “Mumm'rá”, Mayara e todas as pessoas com quem estive compartilhando boas experiências ao longo desses anos.

E, por fim, aos novos camaradas que com muita dedicação estão fortalecendo a comunidade periférica: Jhota e Douglas.

*“Ó corpos magros, flácidos, inflados, falhos,  
Que o deus utilitário, frio e sem cansaço,  
Desde a infância, cingiu em suas gases de aço! ”*

*(Charles Baudelaire)*



## RESUMO

SANTOS, Robson Guarnieri dos. Metropolização em São Paulo: pensando a cidade contemporânea a partir das questões de saúde. Trabalho de Graduação Individual. DG-FFLCH-USP. São Paulo, 2016. 41 p.

As formas de gestão e reprodução do espaço urbano insinuam dimensões da reprodução social a serem analisadas, buscou-se aqui conferir o alcance da prática estatista e capitalista na universalização/captura de direitos, estes vistos aqui enquanto políticas de massa. Uma busca de reconhecimento dos processos sociais diretamente relacionados à produção e ocupação das cidades periféricas é proposta do/no presente trabalho e configura um esforço para situar, no âmbito do conhecimento geográfico, parte das condições de vida na metrópole de São Paulo assim como a atualização das estratégias de modelação desse espaço. Os efeitos deletérios de um espaço-tempo fragmentado orientam a análise. A partir desses pressupostos e com base na experiência vivida em Itapevi/SP, pode-se inferir que traços de continuidade advindos das ações sanitárias ainda pesam sobre a definição dos espaços na cidade.

**Palavras-chave:** Processos sociais. Metropolização. Cotidiano. Adequação sanitária.

## ABSTRACT

SANTOS, Robson Guarnieri dos. Metropolization in São Paulo: thinking about the contemporary city based on health issues. Individual Graduation Work. DG-FFLCH-USP. São Paulo, 2016. 41 p.

The forms of management and reproduction of urban space insinuate dimensions of social reproduction to be analyzed, we sought here to check the reach of the statist and capitalist practice in the universalization / capture of rights, which are seen here as mass politics. A search of recognition of the social processes directly related to the production and occupation of the peripheral cities is proposed in the present work and constitutes an effort to situate, in the scope of geographic knowledge, part of the living conditions in the metropolis of São Paulo as well as the updating Of the modeling strategies of this space. The deleterious effects of a fragmented space-time guide analysis. From these assumptions and based on the experience lived in Itapevi / SP, it can be inferred that traces of continuity arising from sanitary actions still weigh on the definition of spaces in the city.

**Keywords:** Social processes. Metropolization. Daily. Health suitability.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	07
<b>1. Panorama da base territorial.</b> .....	13
1.1. Em vista da metropolização do espaço. ....	13
1.2. Elementos para estudos da interação socioecológica na metrópole. ....	27
<b>2. Em meio a modernização crítica das relações de trabalho.</b> .....	31
2.1. Um estudante de geografia no serviço comunitário de saúde. ....	31
2.2. Sondagem pela fresta do vivido . ....	34
<b>3. Horizonte em escopo.</b> .....	36
<b>Considerações finais</b> .....	38
<b>Referências bibliográficas</b> .....	39

## Introdução

A trajetória desta monografia, iniciada pela inquietação de apreender os mecanismos do processo de modernização materializados na produção das cidades periféricas, e que apresenta vínculos entre as manobras econômicas, políticas e a vida social, veio embasar o projeto e a condução do estudo que também envolveu o entendimento da urbanização crítica em sua manifestação metropolitana<sup>1</sup>, dando-nos condições para sustentar uma avaliação transversal a respeito da interação entre metropolização, reprodução das relações sociais e o complexo econômico da saúde.

Neste sentido, nos idos do ano de 2008, um esforço analítico do real impresso no relatório final do Programa de Cultura e Extensão Universitária que teve como principal objetivo repensar uma oficina com trabalho de campo pelo centro da capital com professores da rede estadual, deu-se aí o primeiro momento do exercício de compreensão desses mecanismos a partir da implantação do aparato cultural no bairro da Luz em São Paulo, concebido pelo Projeto Nova Luz. Na ocasião vimos que no local a especulação em torno de um espaço “novo”, com qualidades atraentes aos investimentos financeiros, intensificava a fragmentação do espaço-tempo metropolitano, reiterando a segregação e a cotidianidade em grande medida organizadas a partir das expulsões de famílias que lutavam e ainda lutam por moradia em meio às propagandas de revitalização urbana.

Debatíamos essas questões principalmente nos termos da noção de gentrificação<sup>2</sup>, o que nos aproximava dos preceitos que atenderiam um conjunto de intervenções urbanas para adequar a cidade ao contexto das relações internacionais, marcadas por representações daquilo que seria uma cultura urbana, tornando necessária uma nova forma urbana afinada ao respectivo modo de vida, com novas preferências por “estilos” de vida.

Um dos desdobramentos mais pulsantes das nossas reflexões perseguia a ambiguidade entre um discurso público oficial e a produção real do espaço urbano, colocando o desafio de discernir o sentido dessa formação espacial de modo mais amplo, ou seja, considerando sua atualização no interior de um processo social crítico, exemplificado no antagonismo entre classes sociais, nas contradições do espaço como raridade, na mudança de paradigma econômico e, visualmente, na extensão contrastada da urbanização.

---

<sup>1</sup> DAMIANI, Amélia Luisa. La urbanización crítica en la metrópoli de São Paulo, a partir de fundamentos de la geografía urbana, 2010, p. 29-43.

<sup>2</sup> SMITH, Neil. Gentrificação, fronteira e a reestruturação urbana, 2007.

Concluído esse relatório de estágio muitas questões das quais resvalamos não foram devidamente debatidas, então pessoalmente decidi prosseguir para apurar alguma natureza do obscurecimento das relações sociais internas a tal espacialidade, esta atinente aos termos e regras do mercado. Para tanto fui paulatinamente mergulhando na geografia histórica do bairro da Luz, onde logo se revelava que, o lugar, desde muito cedo havia passado por processos de renovação/revitalização/reestruturação urbana, isso enquanto a configuração propriamente urbana da cidade de São Paulo estava sendo elaborada com justificativas higienistas e pelo ideário sanitarista que impulsionavam as ideias de melhoramentos de interesse público.

O estabelecimento das juntas de saúde, a criação de diversas Instituições, e a regulamentação da higiene pública com os códigos de postura e sanitários marcavam o início de um zoneamento na cidade<sup>3</sup>, este por sua vez, elaborado através de relatórios que se ocupavam de toda espécie de apontamento que pudesse indicar a urgência de eliminar os riscos, derivados da insalubridade das moradias junto com os indivíduos considerados agentes de transmissão de impurezas. Embasadas pelo pensamento burguês tecnocrata, as técnicas pautadas pelas intenções privadas enraizadas no aparelho institucional passaram a impedir o habitar pouco custoso nos centros urbanos com a revalorização dos terrenos atendidos pelos melhoramentos.

Referências não faltam informando as feições que a cidade de São Paulo assumia já na primeira década do século XX, quando Antonio Prado, prefeito na época, repetia a concepção de cidade como *organismo* e procurava estabelecer as relações entre o urbano, saúde e qualidade de vida. As observações feitas por Luiz Antônio Teixeira<sup>4</sup>, por exemplo, traduzem a comparação de Higienópolis, cujo nome demonstra a preocupação higiênica, com o do Bexiga, denominação por associar-se o local à varíola<sup>5</sup>.

Assim fui percebendo que a prática e o discurso político, respaldados pela urgência de sanear o meio, e ainda pulverizados na órbita de desenvolvimento do capitalismo, traziam em primeira ordem o planejamento sanitário do espaço urbano como uma forma de controle da normalidade sociopolítica nas ruas e casas. Os membros dos grupos políticos que buscavam a adequação da cidade aos interesses dos negociantes do café, perseguiram a otimização e a

<sup>3</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAES, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil 3: República da Belle Époque à era do rádio, 2001, p. 131-214.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Luiz Antônio. Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916. Fiocruz, 1995.

<sup>5</sup> De acordo com Cristina GURGEL (2010) em “Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos”, a varíola já havia sido introduzida no Brasil com destaque para o surto de 1563-1564, quando vitimou aproximadamente 30 mil nativos em três meses.

padronização do controle sanitário das ruas e casas, procurando já em 1900 discernir e instalar os limites entre espaços públicos e privados.

A diferenciação dos espaços na cidade que seguia com as obras de adequação sanitária instalava um forte mercado sobre a venda de terrenos valorizados no processo de produção da cidade, acabando por ampliar a extensão da cidade ao expelir para longe seus antigos moradores e chegantes, caracterizando espaços segregados onde a produção da urbanização se fez além dos limites urbanos. Esses fatos, em consonância com as exigências do processo de industrialização, cimentavam a expansão do tecido metropolitano em São Paulo, desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade considerada legal.

Passei a levar em conta que o espaço reformado com mudanças urbanísticas atingiria decisivamente a formatação física, moral e mental, cobradas pela normatização sociopolítica num contexto onde higiene e eugenia se complementarizavam, sendo o bairro da Luz já no início do século XX sensível a tais mudanças. Rita Cristina Carvalho de Medeiros Couto<sup>6</sup> destaca que o cidadão ideal para as funções que acompanhavam o “crescimento espantoso” de São Paulo, confundia-se com a *raça* ideal que atenderia o padrão de comportamento moral dos parâmetros normativos da unidade nacional. Em sua pesquisa sobre o Sanatório Pinel de Pirituba esta autora identificou que a criação desta fundação veio atender uma demanda proveniente da falta de leitos em outros hospitais por decorrência da expansão do processo de urbanização, nos dizendo o seguinte:

Nas características levantadas dos prontuários do Sanatório Pinel de Pirituba, pude observar que, na sua prática médica, a questão racial efetivamente confundiu-se com a normatização de condutas, sob o julgamento de valores sociais de elite.” (COUTO, 1999, p. 18)

E esta “depuração” não se restringiu ao uso dos hospícios, por motivos bem semelhantes foram criadas as chamadas colônias de leprosos, seguindo uma linha de atuação baseada na ideia de que a expansão urbana se relaciona com a necessidade de controle das doenças.<sup>7</sup>

Ressaltemos que pelo álibi contingencial da questão em pauta (saneamento) os argumentos foram adiante, pois tratava-se de certezas científicas que favoreciam fatores

<sup>6</sup> COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria. Tese de doutorado. DH-FFLCH-USP, 1999.

<sup>7</sup> “O tratamento dispensado aos leprosos em São Paulo, no início do século XX, nos serve como referência para explicar como um indivíduo é visto por uma coletividade e como esta mesma coletividade decide pela integração ou exclusão de um determinado grupo, tendo em vista um dado momento histórico.” [POSTIGO, Vânia Regina Miranda. Espaços Vigíados: Um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo-colônia Santo Ângelo (1890/1960). Dissertação de mestrado. DG-FFLCH-USP, 2008. p. 33]

sociais de tendência seletiva na dinâmica da formação social. O que isso implicou? No mínimo que o subterfúgio das contradições postas pela mercantilização do espaço e igualmente pela divisão do trabalho social estiveram encobertos pelo ideal de higiene sanitária, intermediário entre a higiene social e a medicina prática, que desviando das condições sociais e ambientais de existência os problemas de saúde passou a responsabilizar cada indivíduo pelo seu estado de preservação, naturalizando todos os conflitos estabelecidos pelas relações sociais englobadas no âmbito da produção e troca.

Avaliar todos os nexos de uma sociedade que pela reclusão “terapêutica” de indivíduos socialmente marginalizados alçou sanear os cenários urbanos reprimindo grupos sociais empobrecidos seria de bom uso, mas nos levaria para considerações mais além dos objetivos deste trabalho, que por sinal se propõe a servir apenas como uma aproximação diante das questões aqui levantadas depois da leitura de diferentes autores, onde uma conjectura derivada da interpretação desses textos trás em primeiro plano a abertura para um campo de investigação que tem a sua frente as tramas de realização da massa de capital fictício através do espaço e da população.

Retomando a atenção para o bairro da Luz depois de tê-lo sob esse exame, as imprecisões para uma abordagem sinóptica foram sendo esclarecidas junto com as indagações sobre o obscurecimento das relações sociais que também são relações espaciais. Nesse instante o problema então passava para outra perspectiva, onde o bairro estava na verdade diluído e absorvido na metamorfose da cidade em metrópole, impondo-se um direcionamento analítico para a questão metropolitana, o que cobrava um aprofundamento teórico para ser discernida.

No curso de Geografia da Metrópole com a Professora Simone Scifone em 2011 onde diferentes perspectivas da metrópole foram apresentadas e discutidas, a reestruturação produtiva, por um lado, e a reestruturação imobiliária, por outro, pareciam bons elementos de entrada para decifrar a complexidade que emergia das observações, análises e anotações envolvendo espaço, sociedade e o tempo social na metrópole.

Delineada pelo reconhecimento das mediações atuantes na formatação física e social da escala metropolitana, toda essa busca analítica que almejou superar a submissão do real e do imaginário articulada pela ideologia alienante da sociedade, esta considerada enquanto sociedade do espetáculo<sup>8</sup>, sociedade burocrática de consumo dirigido<sup>9</sup> e, até mesmo,

---

<sup>8</sup> DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo, 2008.

<sup>9</sup> LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno, 1991.

sociedade de classes ou burguesa<sup>10</sup>, também passava a vislumbrar um debate amplo a respeito do processo civilizatório difundido em meio a segregação socioespacial generalizada e muitas vezes naturalizada.

Passado o primeiro semestre de 2011 uma visão geográfica atenta à intensidade do impacto do atual processo social se firmava, fazendo ver a produção do espaço urbano como tática vinculada à potência financeira, especulativa<sup>11</sup> e rentista de realização capitalista, pondo em perspectiva os efeitos da transformação do espaço em fragmentos sugeridos pela definição socioeconômica das *formas e conteúdos* que lhe correspondem. Pude aí visualizar a estratégia capitalista de acumulação que incluía o espaço geográfico urbano e o crescimento da superpopulação relativa<sup>12</sup>, isso contando com um aprofundamento das noções de lugar e cotidiano por meio do conhecimento geográfico.<sup>13</sup>

Nesse contexto, no final do ano supracitado, reconsiderando o estudo regressivo referente ao bairro da Luz, e que nos lançava para o presente, a impressão era de uma guinada ou até mesmo de certo abandono das análises que apontaram a interação entre questões sanitárias e urbanização. Em alguma medida conforme seguia o debate da escala metropolitana se tornava mais latente discussões referentes às dinâmicas de urbanização e meio ambiente, desemprego e violência urbana, o desenvolvimento do mercado imobiliário, o acervo viário, entre outros, transformando em realidade superada o fenômeno da urbanização higienista. Passou-se a apresentar a metrópole como uma manifestação do global, absorvida pelo movimento geral do capital, que acabava por impor um novo conjunto contraditório de significados.

No curso desses esclarecimentos, por ocasião da vaga para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) que assumi no ano de 2012 em Itapevi (município na RMSP), um novo problema passou a chamar minha atenção ao evidenciar no deslocamento temático dos estudos urbanos uma inobservância entre as categorias da realidade e as categorias de análise, isso porque a vivência de campo acompanhando a situação de saúde dos moradores do Jardim Briquet, no município de Itapevi, mostrava-me que as imbricações do planejamento outrora estratégico ainda impunha forte pressão no ordenamento urbano da metrópole, mas

---

<sup>10</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista, 2007.

<sup>11</sup> “A circulação financeira internacional ultrapassa, em 2001, 1,8 trilhões de dólares por dia, para uma base de trocas efetivas de bens e serviços da ordem de 20 a 25 bilhões, o que significa uma circulação especulativa 70 vezes maior do que a que seria necessária para cobrir atividades econômicas reais.” [Dowbor, Ladislau. A reprodução social. p. 16. (Disponível em: [dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf](http://dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf)) Acesso em 28 jan. 2015.]

<sup>12</sup> MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista (cap. XXIII). In: O Capital (Livro Primeiro, Tomo 2), 1996.

<sup>13</sup> DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. Novos caminhos da geografia, 1999, p. 161-172



não como um simples reflexo daquelas ações.

Distribuído em três capítulos, aqui se traça um percurso buscando esclarecimentos sobre o tema, sobre o esquema e sobre a situação do processo social no momento em que se impõe um espaço-produto<sup>14</sup> concatenado com os limites mais amplos de reprodução desta sociedade. De certo não cogito a hipótese de apurar a totalidade do assunto, mas faço um esforço para delinear um esboço da modernização crítica que pode ser lida a partir das contradições de seus próprios dispositivos. No mais o decorrer do texto assume dois riscos, a saber: o risco das sínteses, e o atrevimento em dar continuidade ao debate do processo social que envolve a urbanização como fundamento amplo da reprodução das condições de vida no capitalismo.

No primeiro capítulo foi traçado um entendimento a partir dos enfoques que consideram a ruptura escalar dessa urbanização, colocando um acento na dimensão espacial alcançada com a instalação infraestrutural exigida pela circulação econômica e (silenciosamente) pela gestão de conflitos sociais. Inicialmente vamos recapitular contribuições bibliográficas que registraram o tema da expansão urbana iniciada na cidade de São Paulo, para na sequência conferir alguns elementos que caracterizam o espaço de reprodução da vida na metrópole.

Com o segundo capítulo, após estabelecer uma compreensão do cenário da atividade laboral realizada durante doze meses como ACS no município de Itapevi, buscou-se deslindar sobre aspectos e interferências da relação entre qualidade espacial e a saúde dos moradores do lugar, estes sobrevivendo sob o acréscimo do consumo de sua força vital pelo capital, dado o agravamento das condições de trabalho ao qual foram e estão submetidos, o que nos permite reafirmar um aspecto já destacado por Karl Marx no século XIX e que parece vir acompanhando a sociedade nesses tempos: o consumo da força de trabalho pelo capital é tão intenso que o trabalhador de mediana idade já está em regra bastante alquebrado.<sup>15</sup>

O último capítulo intitulado “Horizonte em escopo” tem o intuito de remeter toda a discussão do texto para desdobramentos possíveis, deixando em aberto, sobretudo, a urgência de um balanço sobre a atuação do setor de farmacoquímicos, onde acredito haver um aspecto relevante inclusive para adentrar o debate em andamento da alienação espacial.

---

<sup>14</sup> CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano, 2008.

<sup>15</sup> MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista (cap. XXIII). In. O Capital (Livro Primeiro, Tomo 2), 1996, p. 271.

# 1. Panorama da base territorial.

## *1.1. Em vista da metropolização do espaço.*

A definição das regiões metropolitanas no Brasil com o estabelecimento da Lei nº 14, de 8 de junho 1973, em si não nos ajudará a entender os movimentos que este fenômeno do urbano contém, tampouco conhecer seus fundamentos, já que nestes casos o fenômeno antecede o conceito, e o domínio contínuo com suas inovações apagam as lembranças da sua gênese.

Doravante o proceder guiado pelo objetivo de conhecer e avaliar as dinâmicas da formação espacial e social na metrópole não se deteve com a tarefa de esclarecer a interatividade prevista pela referida Lei, tampouco se ocupa de lapidar com respaldo do material produzido pelo conhecimento geográfico qualquer positividade que justifique a validade das regras legais ali expressas.

No tocante a Lei de criação das regiões metropolitanas nos satisfaz saber que ela representou apenas um ajuste, uma atualização normativa do Estado frente a urgência competitiva que tem nos centros urbanos a sorte de sua realização ampliada.

O debate que contempla essa linha de argumentação é um tanto complexo e inacabado, como vemos pelas tantas lacunas analíticas referentes a relação entre Estado e forma política no Brasil, que a respeito do estabelecimento das primeiras regiões metropolitanas atenderia a política econômica dos Governos militares como um prolongamento do chamado “Milagre Econômico”, isto se considerarmos que a definição dessas regiões por Lei reafirma os quesitos almejados pela estratégia do “Milagre”, que conjugou objetivos como: estabilização financeira; racionalização do sistema produtivo, desde o mercado de capitais até as relações de produção; e reintegração do subsistema econômico brasileiro no sistema capitalista mundial.<sup>16</sup>

Essa atenção para o aspecto legislativo se deve pela influência exercida na leitura da complexidade social espacializada onde com frequência é tomada como limite insuperável de discussão. No entanto peço que primeiro consideremos os trabalhos de alguns pesquisadores sobre o fato urbano metropolitano, onde podemos ter um entendimento melhor da manifestação deste fenômeno e dos seus fundamentos antes de chegar na emergência da sua

---

<sup>16</sup> IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, 1991.

regulação jurídica. Logo a opção pelo método que visa ressaltar a metrópole como produto do processo de urbanização pode nos subsidiar com uma visão mais abrangente dessa realidade em construção, já que contemplaria com maior atenção níveis e escalas diversificadas das ações modeladoras do conjunto urbano, não ignorando, com isso, a relevância da premissa que concebe a criação dessas regiões por Lei (militar) como efetivação do quesito almejado de “racionalização do sistema produtivo”, uma vez que o espaço metropolitano hoje se desenvolveria predominantemente pela e com a *força expansiva do capital* dominando a produção do urbano.

Então ao considerar essa perspectiva de discussão que traz o processo de urbanização à frente nos é oferecida uma chance de observar alguns elementos da dinâmica presente nesses territórios através dos “melhoramentos” urbanos ou da sua inexistência, o que todavia leva ao reconhecimento de movimentos conjunturais mais ou menos longos, verificados entre os conteúdos que projetam o atual desenvolvimento dos territórios metropolitanos enquadrados agora pelo Estatuto da Metrópole,<sup>17</sup> o mais recente marco da atualização jurídica sobre os processos e procedimentos de estruturação do urbano metropolitano, e que no âmbito jurídico nacional funciona como mecanismo institucional de gestão das metrópoles diante das dificuldades para gerir os seus territórios de urbanização contínua de modo compartilhado entre os municípios envolvidos.

Nosso ponto de partida detidamente recapitula contribuições bibliográficas que registraram o tema da expansão urbana na cidade de São Paulo. Num primeiro momento vamos delineando um entendimento a partir dos enfoques que consideram a ruptura escalar dessa urbanização, colocando um acento na dimensão espacial alcançada com a instalação infraestrutural exigida pela circulação econômica e (silenciosamente) pela gestão de conflitos sociais.

Antes, porém, quero destacar algumas considerações por demais relevantes sobre os fundamentos do processo de urbanização, ou seja, aquilo que acomodou as virtualidades possíveis. Vejamos:

a produção do espaço metropolitano comporta uma íntima relação com o **processo de formação da propriedade privada da terra**. É a partir do momento em que esta se realiza como uma mercadoria capaz de captar de forma monetária a riqueza socialmente produzida. Ou seja, quando ela constitui um ramo cumulativo, não só o crescimento das cidades e seu conseqüente processo de metropolização se realiza, como a própria produção das cidades torna-se uma atividade econômica de destaque (...), o sentido da metropolização comporta a necessidade interna de reproduzi-la

---

<sup>17</sup> Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015

(a propriedade) segundo uma racionalidade empresarial, donde o poder político não está isento de participação. (ALFREDO, 2003. p. 46)

A atuação do **poder político** nas tramas da propriedade privada da terra (baseada na exploração do trabalho) é também fundamento da metropolização. Este dispositivo político no estudo realizado por Alexandre Souza da Rocha<sup>18</sup> esteve associado de modo geral aos planos que podem ser lidos abaixo:

É preciso compreender que a propriedade privada como princípio e fundamento do modo de produção capitalista, encontra na burocracia um dos princípios que ela mesma cria nos seus fundamentos históricos. O Estado através da burocracia vai estruturando a **dominação**, a **coação** e a **segregação**. (ROCHA, 1999, p. 160)

Nesse sentido, Amélia Luisa Damiani<sup>19</sup> nos ajuda refletir sobre o caráter abrangente da produção do espaço metropolitano nos termos como se desenvolve absorto nas abstrações concretas desses fundamentos.

- interfere na forma mesma das cidades (definida em centros e periferias, segmentada social e espacialmente, expandida desmesuradamente);
- generaliza a ótica do produtivismo, uma racionalidade estrita e linear, para mais de um momento da vida social;
- redefine os sujeitos sociais (vivendo a cidade restringida na sua urbanidade, os grupos e indivíduos vivem constrangimentos à sua consciência social);
- hipertrofia e interferência estatista (a ordem do Estado, das instituições), através de códigos, regulamentos, investimentos, que atingem, inclusive, a vida privada;
- as concepções do espaço, que se transformam em práticas reais, entram em embate e comprometem o espaço vivido, ou a vivência do que se poderia chamar de ordem das vizinhanças, ao mesmo tempo que resumem a vida cidadina neste universo mais imediato.

A leitura dos excertos acima em suas fontes vão muito mais além, inclusive com desdobramentos que revelam outros fundamentos postos a explicitar os conteúdos e dinâmicas do processo de urbanização metropolitana com maior nível de detalhamento, dando-nos a possibilidade de abordar a inserção da metrópole no processo social moderno; um exemplo é

<sup>18</sup> ROCHA, Alexandre Souza da. Espaço e política na centralidade da periferia, 1999, p. 160-164 In. DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. (organizadoras). O espaço no fim de século: a nova raridade

<sup>19</sup> DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, 1999, p. 48- 60. In. DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. (organizadoras). O espaço no fim de século: a nova raridade

a abordagem sobre o universo da *mercadoria*.

Outro exemplo cada vez mais explorado nas pesquisas sobre os fundamentos da urbanização dessa vez como problematização do vivido é apontado no trabalho de Odette Carvalho de Lima Seabra<sup>20</sup>, como se apresenta no seguinte trecho.

Posto desta forma, parece possível compreender que o valor de troca se antepôs como condição de uso dos lugares, de qualquer lugar, mesmo do pequeno **lugar que o corpo ocupa**. Uma meia-verdade seria não considerar que o corpo, embora sendo relativo à pessoa, também foi instituído nesse processo. (SEABRA, 2003, p. 334)

Uma aproximação relacional entre espaço e corpo na metrópole será retomada durante a explanação, inclusive tendo como orientação a relevância dos questionamentos dirigidos nas abordagens sobre a expropriação do corpo em razão da produção da identidade humana através do trabalho alienado. Por hora nos vale uma anotação circunstancial: “as grandes metrópoles constituem espaço-temporalmente a presença do trabalho em tempo integral e completamente desvalorizado.”<sup>21</sup>

Com o afloramento do fundamento político ligado à propriedade privada da terra temos a indicação, através de análises críticas aclaradas pelos princípios lógicos do pensamento geográfico, que o chamado espaço urbano sofre uma atualização prática e conceitual, revelando-se enquanto catástrofe do organismo urbano, um importante passo para superar utopias postizas, tantas vezes repetidas, de uma cidade em equilíbrio, de uma cidade humanizadora, etc.

Posto isso, a tese que atesta a relação dos centros urbanos com as forças produtivas e o modo de produção capitalista<sup>22</sup> se torna recorrente nesta reflexão pelos princípios que contempla, evidenciando também que a urgência metropolitana em São Paulo não surge de uma legislação, pois sua formação conjugou variáveis históricas.

Mesmo assim seria possível, pelo marco jurídico, captar os requisitos políticos/militares e organizatórios julgados pelo Estado para satisfazer a expansão da economia brasileira ao lançar o espaço urbano em uma atualização estratégica que traduziu em termos monetários a necessidade de se abrigar em uma moradia acaba, conseguindo assim preservar e atualizar a organização do trabalho em todas as suas bases.

Sabe-se agora algo sobre os fundamentos da metropolização, então dentro desse contexto retomemos um dos pontos iniciais: a expansão urbana articulada às infraestruturas.

<sup>20</sup> SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação. Tese de livre docência. DG-FFLCH-USP, 2003.

<sup>21</sup> DAMIANI, Amélia Luisa. La urbanización crítica em la metrópoli de São Paulo, a partir de fundamentos de la geografía urbana, 2010, p. 38.

<sup>22</sup> LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, 1999.

Gostaria de começar por uma das contribuições mais significativas sobre essa questão, a publicação em 1958 dos quatro volumes organizados pelo professor Aroldo de Azevedo sob o título *A cidade de São Paulo - Estudo de geografia urbana*.

Esta publicação não trata de forma explícita do esclarecimento dos processos abstratos de sociabilidade, mas há um esforço em adentrar o processo explosivo da urbanização em São Paulo indo na direção de considerar a ruptura escalar do fenômeno através do espraiamento de funções urbanas exigidas pela centralidade da capital, que sabemos se faz seletivamente com manobras justificadas por reformas sanitárias, valorizações e adequação aos fluxos externos.

Adiante exemplifico a preocupação da equipe do professor Azevedo para começar expor essa problemática, destacando na obra a contribuição de Emília Viotti Costa<sup>23</sup> para elucidar algumas transformações ocorridas na metade do século passado através da *integração* da vila de Itapevi ao tecido metropolitano; até então um distrito no município de Cotia próximo do quilômetro trinta e dois da Estrada de Ferro Sorocabana, por isso considerada “intimamente entrosada à vida da capital paulista”.

A preocupação da autora esteve na descrição de algumas funções metropolitanas como a habitação, apontando, por exemplo, que em 1940 havia menos de trinta casas próximas da estação, mas que a abertura de novos loteamentos na década seguinte acelerou o crescimento de Itapevi intensificando a dinâmica habitacional no lugar, haja visto pelo seguinte:

Ao iniciar-se a década de 1940-50, o movimento diário de sua estação não ia além de dez passageiros; hoje, nada menos de 1.500 pessoas embarcam ali no período da manhã, com destino a São Paulo, regressando ao anoitecer. (COSTA, 1958, p.136)

Nesse sentido afirmou que Itapevi não passava de um “subúrbio residencial” onde principiava uma função industrial graças à presença de uma fábrica de engarrafamento de vinho, uma fábrica de cimento, uma serraria, além da pedreira explorada pela Prefeitura Municipal de São Paulo e algumas olarias.

Considerando o conjunto dos trabalhos coordenados por Aroldo de Azevedo, a distinção feita entre núcleo urbano e seus subúrbios teve a competência de alinhar um sentido analítico para as diferenciações do tecido urbano, focalizado em pesquisas posteriores na resolução do dilema centro-periferia.

Do ponto de vista da separação entre centro e subúrbio, o então município de Itapevi ganhou a especificação de “cidade-dormitório” pela dinâmica pendular imposta com a

---

<sup>23</sup> COSTA, Emília Viotti. Itapevi, uma das vanguardas da expansão paulistana. 1958. In. AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. Vol. IV,

separação entre o local de moradia e o trabalho. Essa característica que reforça os argumentos sobre a transformação do *habitar* em *habitat*, também realça o transporte como parte dos conflitos da vida urbana submetida às estratégias de reestruturação das cidades.

Deixemos brevemente registrado que o avanço da urbanização para novas áreas expôs literalmente seus habitantes às condições do terreno, o que acresce em nossa reflexão mais um elemento de interferência das condições de vida na metrópole.

Esse processo de expansão urbano, observado e classificado como uma forma de crescimento periférico por se constituir através da expansão internacional do capital, costurou um enorme território “ligado” ao centro da metrópole, capturando extensivamente espaço e tempo para a estrutura (política, jurídica, burocrática, etc.) do uso privado e do capital.

A pesquisa de Emília Viotti Costa precedeu um momento importante na localidade: a vitória do grupo articulado pelo empresário conhecido como Carlos de Castro, que apostou na emancipação de Itapevi depois de sua intervenção no espaço do lugar. Em um livreto sobre a história local elaborado pela Associação Comercial e Industrial de Itapevi (ACITA) se lê que a partir de 1941:

Dono de uma imobiliária no centro de São Paulo, Carlos de Castro viu que o distrito de Itapevi oferecia um bom campo de trabalho para suas atividades profissionais. Ao saber que os Nunes pretendiam vender as terras adquiridas em 1912, Carlos de Castro entrou em contato com a família e deu início às conversações para a compra da fazenda. Com a concretização do negócio, a sua empresa passou a ser dona de grande parte das terras do distrito.

Tão logo adquiriu a grande propriedade, Carlos de Castro [loteou e vendeu] todo o terreno que cercava a estação de trem. A propriedade que pertencera a Nhô Quim acabou sendo dividida em vários lotes, cada um deles medindo, em média, 300 m<sup>2</sup>.

Para conseguir compradores, usava uma série de estratégias. Os lotes eram oferecidos a preços baixos e o valor total podia ser pago em várias parcelas, de modo que as prestações não pesavam no bolso do proprietário; anunciou em jornais da capital para atrair pessoas que moravam de aluguel; montou uma olaria em Itapevi e passou a distribuir gratuitamente 5 mil tijolos, 500 tenhas e 20 cumeeiras, 5 m<sup>3</sup> de areia, 5 sacos de cimento, uma porta e uma janela a todos aqueles que adquirissem um lote. (ACITA, 1997, p. 27-28)

Nesse período o aumento na taxa de urbanização e a redefinição do aparelho produtivo de grandes indústrias nos limites suburbanos, assim como o nível de rentabilidade alcançado com a transformação do solo em mercadoria, estimularam, juntos, diversos setores da economia, sobretudo ligados ao mercado fundiário urbano e ao complexo industrial da construção civil.

Essa conjuntura, combinada à alta capacidade produtiva na agricultura, trouxe

inevitavelmente um instante de euforia e sonho da burguesia em fazer do Brasil uma potência em curto prazo e plenamente desenvolvida, animado, ainda, pelo espírito renovador dos grupos emancipadores ou autonomistas que se espalharam pelo país com ufanismos e ilusões de progresso, promovendo o discurso nacional desenvolvimentista nas bases de uma reestruturação que buscava realizar a reprodução ampliada dos capitais e sua acumulação através de novos municípios criados.<sup>24</sup>

Corroborando parte dos devaneios burgueses podemos acompanhar com Henrique Caruso Almeida<sup>25</sup> o prestígio dado à primeira indústria de grande porte em Itapevi, a Cimento Santa Rita S.A., que em 1951 começa a instalar sua estrutura no lugar provocando um significativo aumento no número de moradores atraídos pelo trabalho na empresa, haja vista pelo investimento na construção de duas vilas operárias e mais o “galpão dos solteiros”.

O autor chega a dizer que “a história de uma cidade e de um povo passa a ser contada a partir do momento da origem da empresa no local.” Mais à frente explica:

Além da construção da igreja e de outras benfeitorias criadas pela empresa, uma das mais decisiva foi a do financiamento do projeto político de emancipação do Distrito de Itapevi rente ao Município de Cotia. O Sr. Guido A. Petruzzeli, assinou “vários cheques” para esse financiamento da campanha de emancipação do Município.

Grupos de famílias tradicionais do Distrito como a família Nunes, a família Caraméz, os Chaluppes, os Novais, os Michellotis, entre outros, receberam montantes do Sr. Guido Annicchiarico Petruzzelli, então presidente da empresa, para a sustentação do projeto político para o município: O de se tornar Cidade e a mesma passar a ter uma identidade, uma história e características próprias. (ALMEIDA, 2006, p. 10)

Acabamos nos atendo um pouco mais sobre um lugar e seus atores para esclarecer e embasar a visualização do processo em trato. Propositalmente vamos continuar acompanhando por este lugar a expansão da metrópole no contexto de modernização crítica da sociedade, afinal é no debate sobre as diferenciações espaciais produzidas como divisão territorial do trabalho onde se situa uma crítica possível ao processo de reprodução social.

O caso de Itapevi, considerado por Emilia Viotti como uma das “vanguardas da expansão urbana paulistana”, demonstra em sua particularidade o rápido crescimento

---

<sup>24</sup> “À época do censo de 1950, existiam 1.895 municípios e tantas outras cidades. Desde então, o número de municípios tem crescido sobremodo, em virtude de desmembramentos verificados com a elevação de vilas à categoria de cidade. Esta elevação nem sempre ocorreu por motivos de crescimento significativo. Muitas vezes razões de política local ou a busca de vantagens de ordem financeira explicam o aparecimento de novos municípios, para cuja criação se exige a aprovação das Assembleias Legislativas Estaduais.” (GEIGER, 1963, p. 07.)

<sup>25</sup> ALMEIDA, Henrique Caruso. Patrimônio industrial e memória. A formação da cidade de Itapevi SP a partir da contribuição da Santa Rita S.A., 2006.



horizontal da cidade e a influência da especulação imobiliária envolvendo o centro de São Paulo, fazendo a autora afirmar que as pessoas procuram essas redondezas em função dos preços mais acessíveis para moradia

A mesma observação é reforçada por outro interessado no assunto, J. R. Langenbuch, autor da tese *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*, datada em 1971, onde apresenta um reconhecimento de fôlego da Grande São Paulo, detalhando diferentes intervenções e períodos neste longo processo. Como fase inicial da estruturação da metrópole aponta o ano de 1875, marcada pela importância das ferrovias extra-regionais; o momento posterior é 1940, caracterizado por uma maior industrialização e urbanização, alcançando o final da década de 60 e início de 1970 com esses processos intensificados e aprofundados pelas verticalizações e expansão da malha rodoviária.

Fazendo uso de vários conceitos, entre os quais alguns tiveram como base as *áreas edificadas* e outros a *integração* destas áreas a partir do *deslocamento de pessoas* em direção à cidade de São Paulo, delimitou a região metropolitana. O município de Itapevi, neste quadro, foi considerado pelo autor como *Área Metropolitana de São Paulo* por estar no eixo da Estrada de Ferro Sorocabana, constituindo uma *zona mediantemente integrada* ao município de São Paulo.

Itapevi foi desmembrado de outro município, Cotia, em 1959. Este fato para Langenbuch estaria diretamente ligado ao local onde foi construída a parada do trem com nome de Estação Cotia em 1875, entorno da qual nasceria o núcleo de Itapevi. A Sorocabana passou ao largo da vila de Cotia, do centro da vila até a estação são sete longos quilômetros de distância, justamente onde se formou um *povoado-estação* ou *subúrbio-estação*, como classificou Langenbuch os núcleos urbanos formados no entorno das estações ferroviárias.

Se referindo às estratégias para reestruturações das cidades, a expansão metropolitana obedeceu a um padrão de crescimento onde o tecido urbano, sempre em expansão, foi alcançando locais antes isolados, áreas rurais que foram continuamente sendo incorporadas à textura urbana por intermédio das ferrovias e rodovias de penetração, alargando o campo de atuação de diversos setores do mercado financeiro e das novas tecnologias, que miraram no interior das espacialidades racionalizadas a demanda da cotidianidade planejada. A rigor, seria necessário considerar a concomitância entre essas áreas de expansão e o próprio centro do processo. A compreensão da metrópole exige a compreensão da simultaneidade do processo urbano e os autores indicados assim o interpretaram.

Em algumas tentativas para designar São Paulo como “metrópole do café”, deslocou-

se a gênese dessa formação para a segunda metade do século XIX, porém as transformações consolidadas nos anos de 1950 definem com mais nitidez a produção da metrópole dentro das exigências de uma economia espacial contida na simultaneidade do processo social que conhecemos atualmente.

Como num rasante, é importante lembrar que a E.F. Sorocabana que começa a operar em 1860 é colocada como própria da urbanização, contudo, destaca-se inicialmente pelo uso na expansão da fronteira agrícola no Oeste Paulista.<sup>26</sup>

Esta última observação foi fundamental para a produção de novos trabalhos teóricos sobre a sociedade urbana em geral e a metropolização de São Paulo em particular, evidenciando sua forma de ser periférica e crítica. Ou seja, subordinada de início tanto à capacidade de expansão dos capitais ferroviários ingleses e depois estadunidense, quanto ao trabalho produtivo empregado na agricultura, que neste país se fez com escravidão indígena e negra, e com imigrações nacionais e internacionais, consagrando por todo o Oeste a reprodução da racionalidade produtiva possível de ser escoada em vagões da ferrovia.

O tempo localizado na história para a urbanização generalizada coincidiu com o fenômeno da industrialização, implicando **um entrelaçamento entre o processo produtivo e o processo de urbanização**. Essa consideração, de modo relacional, esteve ligada ao impulso que certas indústrias davam quando se instalavam *ao sabor dos recursos naturais*, desencadeando a concentração do proletariado nas suas imediações. Muitas vezes identificados como subúrbios industriais, a leitura desses espaços apontava a industrialização como tutano da urbanização.

Para Marx podemos reconhecer, de modo bastante claro, o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação através do nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas e pelo nível de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Todavia a maneira de abordar a urbanização local depende da estrutura econômica, social, política, assim como das superestruturas ideológicas, como já apontou Henri Lefebvre<sup>27</sup>.

Pode-se notar que no caso de São Paulo as indústrias, rodovias e ferrovias tiveram peso nas articulações da metrópole, e foi contando com elas que o mercado imobiliário prosseguiu com as imobiliárias, estas incentivando as possibilidades de adensamento ao venderem o chamado “meio lote”. Em algumas conversas com moradores de três bairros de Itapevi estes indicaram a mesma oferta das imobiliárias em vender lotes com média de 150

---

<sup>26</sup> Aproveito para agradecer o Professor Anselmo Alfredo pela dedicação em oferecer na disciplina Geografia do Estado de São Paulo um trabalho de campo capaz de elucidar tão bem a relação crítica na reprodução periférica do capital.

<sup>27</sup> LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2008.

m<sup>2</sup>, isso para “facilitar” o pagamento do terreno e absorver a chamada “explosão” da cidade de São Paulo.

Nas pesquisas referentes aos processos formativos da metrópole cada autor acompanha uma dinâmica específica, identificada em meio ao cipoal de possibilidades/impossibilidades analíticas, e com constância exibem a metrópole *fragmentada* pela propriedade privada do solo. No entanto como propriedade privada o espaço se torna *homogêneo*, criando uma contradição entre termos e tratamentos: espaço quebrado e espaço homogêneo. Esta aparente contradição não isola seus termos, pois há uma mediação atuante nesse problema através da noção de *hierarquia* que esses espaços assumem em relação aos centros de poder, em nosso caso numa estrutura social com preponderâncias das relações econômicas e políticas.

A plenitude da ordem capitalista com o controle econômico e político do espaço revela o espaço instrumental, subordinado ao poder.<sup>28</sup> Análises mais otimistas sobre a constatação factual do processo de urbanização, nas condições do período iniciado após 1964 no Brasil, induziram a ignorar a manipulação espacial da base social sobre a qual se reproduzem as relações capitalistas de produção, camuflando com a semântica da reestruturação os conteúdos e sentidos da segregação (característica fundamental da produção do espaço metropolitano).

Uma reflexão crítica do processo de urbanização incentivada pelas distinções entre os conteúdos da realidade urbana no centro e no novo subúrbio, ou seja, na periferia da metrópole, discerne a posição da propriedade privada como filtro da organização genérica do trabalho e da cidade, e mais, vai destrinchando o papel ativo do espaço na reprodução das relações sociais, expondo simultaneamente a forma de ser do espraiamento da periferia em seus contornos a partir da conversão do espaço em mercadoria, da superexploração do trabalho e do desemprego, isso muitas vezes discernidos se levando em conta a *paisagem*.

A processualidade deste movimento, na teoria e na prática, farto de nuances e rupturas, nos põe por vezes diante do quadro paradigmático envolvendo o espaço geográfico como estratégia central para garantia de melhores níveis de rentabilidade, isto é, submetendo-o ao mercado no momento que David Harvey<sup>29</sup> identifica uma transformação político-econômica do capitalismo com a transição do fordismo à acumulação flexível.

Nesse sentido, o autor faz um apontamento dizendo que “a acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas”, sugerindo vínculos específicos entre a expansão econômica e o desenvolvimento geográfico desigual, nestes

---

<sup>28</sup> LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política, 2008.

<sup>29</sup> HARVEY, David. A Condição Pós-moderna, 2013.

casos ao buscar novos lugares para áreas industriais e de serviços. No que diz respeito ao espaço geográfico, a expansão econômica flexível não ocorreria por meio de um espaço absoluto, mas pela diferenciação do espaço geográfico no contexto global de desenvolvimento capitalista, “nas modalidades e condições de controle do trabalho, ao lado de variações na qualidade e na quantidade da força de trabalho”.<sup>30</sup>

Com um breve regresso na história a fim de encontrar um momento de ruptura e aprofundamento da interação tratada por Harvey, nota-se a emergência dos padrões sociais capitalistas atrelados ao neoliberalismo, estes que impuseram à vida social novos patamares de reprodução social crítica, confirmando-se a tendência estrutural e histórica da (re)produção do espaço arraigado por contradições e crises crônicas.

Pulverizado pelo mundo com acordos de interesses territoriais norte-americanos envolvidos, o ideário do neoliberalismo, iniciado pelo governo Thatcher no final da década de 1970, revelou uma corrente capitalista disposta a praticar agressões militares para garantir uma nova arquitetura produtiva capaz de “equilibrar” a queda das taxas de lucro e a crise inflacionária impulsionada pelas guerras sucessivas. Os desdobramentos dessa investida em diferentes lugares do mundo agravaram a capacidade de resistência popular frente ao que foi chamado de mundialização do capital.

Especificamente no caso da dinâmica industrial nas regiões metropolitanas do Brasil na fase desse novo liberalismo, um artigo que traça uma caracterização desse fenômeno põem a mostra com melhor precisão a manifestação dessas reestruturações em lugares novos, observando para a RMSP uma característica peculiar.

Tomando-se em consideração os setores industriais, as indústrias com expressiva presença de capital nacional e que operam com mão-de-obra intensiva, como as têxteis e de calçados, tenderam a um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto aquelas intensivas em tecnologia, em grande parte de predomínio ou de capital transnacional, tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando, aí, a capital; ou seja, a cidade de São Paulo, sua região metropolitana e o entorno dessa região. Isso porque é nessa porção do território que se encontram, de forma significativa e mais eficiente, as condições gerais de produção necessárias às indústrias intensivas em tecnologia e às indústrias de alta tecnologia. (LENCIONI, 2006, p. 108)

Abrindo um pouco mais nosso campo de visão, podemos notar pelas principais conclusões presentes nas investigações sobre a modernização das grandes cidades latino-

---

<sup>30</sup> Op. cit., p. 265.

americanas que nesta fase de transição capitalista algumas características das metrópoles periféricas estariam apontadas para o mesmo sentido. Acompanhando Carlos A. de Mattos<sup>31</sup> vemos alguns desses conteúdos homogenizantes.

(...) con la reestructuración procesada durante las últimas décadas, se impuso una nueva arquitectura productiva basada en empresas organizadas en red que impulsaron estrategias de descentralización productiva y de dispersión de sus nodos hacia diversos lugares de espacio mundial de acumulación, los cuales al localizarse en un número creciente de grandes aglomeraciones urbanas, incidieron en una radical transformación tanto de la estructura básica, como de la organización, funcionamiento y paisaje de las mismas.

(...) las políticas de liberalización, desregulación y flexibilización, junto a la terciarización de la base económica, impulsaron procesos de desestructuración-reestructuración de los regímenes laborales existentes, lo que incidió en una creciente des-salarización y precarización de la fuerza de trabajo y, con ello, en una acentuación de las desigualdades sociales, bajo nuevas formas de exclusión, segregación, fragmentación y turgurización, que han afectado negativamente la vida social de la mayoría de las grandes aglomeraciones urbanas.

(...) la dinámica urbana impulsada por los negocios inmobiliarios, aunada a la implantación de nodos de firmas globales y a los efectos de las políticas de *city-marketing*, redundaron en la aparición y proliferación de artefactos arquitectónicos emblemáticos de esta fase en las grandes ciudades en proceso de globalización los cuales, más allá de la identidad específica de cada ciudad, caracterizan un tipo de paisaje urbano representativo de la ciudad globalizada que coexiste con extensas áreas turgurizadas, donde la miseria, el desorden y la fealdad alcanzan niveles indescriptibles. (MATTOS, 2006, p. 47; 51; 66)

É verificável hoje que com a política de descentralização industrial foi reforçada a expansão da metrópole, aprofundando o processo de metropolização do espaço<sup>32</sup>. De certo, outros elementos acompanharam esse momento de operação do capitalismo que atravessa a década de 1990 e dá continuidade às esperanças pró-capital, e assim redefinem o urbano metropolitano delimitando em termos estritos tanto a produção dos lugares quanto o modo de vivê-los, com destaque para a mediação da engenharia hoje capaz de construir estruturas técnicas que articulam um sistema urbano global

É importante considerar que tudo isso está em movimento, se transformando o tempo todo, principalmente por um duplo mecanismo: “a produção de uma massa trabalhadora excedente, cujo aumento é exponencial (face contraditória de uma produção social extensiva)” e o encarecimento do espaço urbano que expulsa a população empobrecida para locais menos valorizados majoritariamente na periferia.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> MATTOS, Carlos A. de. Modernización Capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas, 2006, p.41-77.

<sup>32</sup> LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbana-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada, 1994, p.56.

<sup>33</sup> DAMIANI, A. L. Espaço e geografia: observações de método, Tese de livre docência DG-FFLCH-USP,

Desse duplo a questão da massa trabalhadora excedente que aparece como um momento contraditório em direção à vida urbana merece ainda alguma atenção. No lastro da questão agora em pauta há que se dizer de Karl Marx por ter feito o seguinte registro:

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1996, p. 262-263)

Em *População e geografia*, Amélia Luisa Damiani<sup>34</sup> ao fazer uma análise direcionada a este tema resgata a noção de superpopulação presente naquele autor ampliando nossa visão para uma aproximação das dinâmicas metropolitanas, agregando mais um elemento para a avaliação desses territórios. Diz a autora:

Hoje se compreende que o espaço ganha cada vez mais valor, é mercantilizado, comercializado, está sujeito à especulação imobiliária, enfim, não está à disposição de todos de forma indiscriminada. Massas crescentes de população estão, mesmo que instaladas na cidade, sem direito real a ela. (DAMIANI, 1991, p. 74)

Mais a frente completa:

Em última instância, o crescimento demográfico aparece como uma contradição no seio do capitalismo. (...) De um lado, esse crescimento demográfico se apresenta como possibilidade de ampliar e aprofundar as formas de exploração do trabalhador, através do aumento dos excedentes populacionais disponíveis; de outro lado, teoricamente potencializaria os conflitos sociais e as formas de ruptura das estruturas econômicas e sociais existentes, principalmente ao atingir o universo carente dos países periféricos. (DAMIANI, 1991, p. 75)

O crescimento da população está no cerne dos mecanismos de acumulação do capital, então expresso na geografia histórica das grandes cidades mais ou menos desde 1750, levando a crer que uma avaliação do processo de metropolização precisa considerar minimamente até aqui a interação entre infraestruturas urbanas, reestruturações imobiliárias e industriais e a questão da população, isso para não dizer dos fluxos externos diretamente atuantes nesse processo. Teríamos com isso uma aproximação do quadro analítico diante dos enigmas da produção dos lugares na metrópole.

---

2008, p. 237.

<sup>34</sup> DAMIANI, A. L. *População e geografia*, 1991.

O apontamento de todas essas noções já permitem pensar e produzir conteúdos analíticos sobre o urbano derivado do modo de produção capitalista, que impõe espacialmente a unidade repressiva (estatal) e uma separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções e dos lugares.

Antes de passar para o próximo item do texto, que trará pontuais referências da feição urbanística na metrópole a partir do município de Itapevi, a tese sobre a produção de indivíduos socialmente determinados em Marx e Engels<sup>35</sup> se antecipa já desdobrada através da contribuição de Harvey.

A indicação de David Harvey em *Espaços de esperança* ao considerar a teoria marxiana da produção do sujeito corporificado sob o capitalismo para discutir e problematizar o corpo como estratégia de acumulação diante do espaço global, ajuda na tarefa de entender a posição que uma “população excedente” tem expostas as necessidades de expansão do capital na metrópole.

Nessa parte do livro Harvey chama a atenção para os processos socioecológicos que convergem para o corpo, “por exemplo, os processos metabólicos que mantêm o corpo envolvem intercâmbios com seu ambiente”. E continua:

De igual forma, o conjunto de atividades performativas disponíveis ao corpo num dado tempo e lugar não são independentes do ambiente tecnológico, físico, social e econômico em que esse corpo tem seu ser. E também as práticas representacionais que operam na sociedade moldam o corpo (e, mediante as formas de trajar e de se postar, propõem todo tipo de sentidos simbólicos adicionais). (HARVEY, 2011a, p. 137)

A relação que esboço não é nova e muito menos é um ponto de não retorno, pois pretendemos entender como depois de São Paulo atingir a escala metropolitana ainda é possível falar sobre a pressão do sanitarismo estratégico.

Adiante se acrescenta no texto a ação de poderes que buscam o máximo de coerência e coesão das relações de produção, sendo através dos “tutelamentos” do Estado a contínua estruturação do domínio dos momentos da vida social num ambiente urbano manipulado por modelações, reorganizações e reestruturações observadas sobretudo através do fragmento da metrópole onde estive implicado.

---

<sup>35</sup> MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemã em seus diferentes profetas (1845-1846), 2009.

## ***1.2 Elementos para estudo da interação socioecológica na metrópole.***

Em *O enigma do capital* David Harvey pede para imaginarmos “uma situação em que o capital se movimenta em busca de lucro por meio de diferentes 'esferas de atividade', mas inter-relacionadas.” Conforme o autor essas “esferas de atividades” presentes na evolução do capitalismo seriam compostas pelas:

tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e “concepções mentais do mundo”. (HARVEY, 2011b, p. 104)

Toda essa configuração constitui aquilo que o autor chamou de “totalidade socioecológica”, e que ao mesmo tempo seria um conjunto de ações responsáveis pela construção social do corpo. Em seus trabalhos Harvey vê essa totalidade moldada por forças político-econômicas e por forças culturais principalmente determinadas pelo processo global de trabalho e pelas relações socioespaciais, afirmando, por conseguinte, que o modo de produção do espaço-tempo tem vínculos inextricáveis com a produção do corpo.<sup>36</sup>

No âmbito da metropolização em São Paulo as indicações de Harvey são profícuas para reconectar os discursos da urbanização e do complexo sanitário, este convertido recentemente em ideais de sanitarismo ambiental e também diluído no que estamos chamando de complexo econômico da saúde.

Nesse sentido alguns elementos que caracterizam essa totalidade socioecológica em Itapevi sintetizam parte das condições de vida dos milhares de indivíduos lançados ao sacrifício na interação com um ambiente que podemos dizer ser nocivo.

Com a imagem deste *outdoor* acredito poder encaminhar essa discussão para o nível das práticas realizadas no instante em que se potencializa a força persuasiva da propaganda pública que atinge a imaginação enquanto põe à venda um espaço administrado como recurso para a modernização da metrópole.

---

<sup>36</sup> HARVEY, David. Espaços de esperança, 2011, p. 139.



Figura 1 - Propaganda municipal



Foto do autor

Essa propaganda espalhada pelo município juntamente de outras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em Itapevi esteve concentrado em obras de asfaltamento e canalização de córregos, criaram uma atmosfera de otimismo em parte da população que espera melhores condições de vida. No entanto o “desenvolvimento” contemplado no *outdoor* se aplica mais a instalação de pólos industriais e a abertura de condomínios residenciais da população de renda média e alta, do que propriamente um desenvolvimento baseado nas reivindicações populares.

Diferente de uma fase onde a estrada de ferro impulsionava o adensamento metropolitano hoje vemos que a Rodovia Castelo Branco exerce uma grande influência nesse quesito, sobretudo pela posição que alguns terrenos tomam no município de Itapevi para atender a racionalidade logística das empresas que buscam vantagens locais.

O contraste espacial associado à expansão da metrópole paulistana pode ser assim caracterizado por espaços segregados e outros auto-segregados.<sup>37</sup>

A imagem seguinte apresenta uma visão parcial do processo de alocação das instalações industriais em Itapevi nos termos da reestruturação produtiva contemporânea. Destaca-se por aqui a construção de instalações para atender etapas do processo produtivo e da logística de distribuição para os mercados consumidores, sendo relevante a presença de indústrias como a Pfizer e a Eurofarma, basicamente por suas estruturas industriais atenderem o *layout* da pesquisa e da produção de produtos biotecnológicos. São duas empresas do setor farmacêutico, que aliás caracterizam a atual fase de reestruturação das indústrias em São

<sup>37</sup> SEABRA. O. C. de L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida, 2004, p. 181-206.

Paulo, onde estão concentradas em um percentual de 71% do total de indústrias deste ramo atuantes no país<sup>38</sup>. Em Itapevi e outros municípios como Cotia, Taboão da Serra, Embu, Barueri aparecem como as “gigantes” do momento.

Figura 2 – Visão parcial da expansão dos pólos industriais em Itapevi



*Foto do autor*

As mudanças empresariais redefiniram a localização de seus complexos e, ao mesmo tempo, atualizaram os lugares incentivando um desenvolvimento geográfico precário e seus efeitos sobre o cotidiano. A relação entre lugar e cotidiano localiza homens e mulheres em suas conexões sociais afeitas pelas condições de vida existentes em um determinado espaço social, e justamente aí cabe ressaltar que no lugar em foco toda modernização conduzida para a aceleração do tempo de giro do capital impôs uma velocidade à vida simplesmente insuportável.

Para se sustentar todo o padrão de sociedade atual, fluxos entre os lugares em múltiplas escalas são programados, sendo constatados sem dificuldade os artefatos que desenham o cotidiano dos moradores no espaço metropolitano. Os contornos definidos pelos transportes figuram entre os mais emblemáticos deste cotidiano, que ainda se degrada em meio às dificuldades impostas pela vida em guetos.

O desgaste sofrido durante a jornada de trabalho é ainda arrochado no transporte coletivo, onde as acomodações impõem uma formatação que nos espreme com muita humilhação uns contra os outros. Apenas uma pesquisa mais aplicada conseguiria dizer quais os níveis de satisfação e insatisfação dos usuários do transporte coletivo, mas com os anos que

---

<sup>38</sup> [www.investe.sp.gov.br](http://www.investe.sp.gov.br)

acumulo de experiência nesta modalidade de transporte afirmo com segurança que a maioria por ali se sente fustigado em termos irreparáveis.

Figura 3 - Obras do corredor Itapevi-Butantã



Foto do autor

Nessa esteira, reconhecendo a formação da propriedade privada da terra como filtro de ocupação da mesma pela compra, somos lançados para a questão dos loteamentos destinados aos proletários, assim como de sua inserção precária no conjunto urbano. O proceder deste entendimento traz à tona esclarecimentos sobre a expansão urbana produzir áreas de risco causadas pela exposição aos meios de sobrevivência,

Na literatura geográfica alguns passos já foram dados próximo dessa abordagem, se apresentando em publicações da área chamada de geografia física, como os trabalhos de Hélio José dos Santos<sup>39</sup>, onde há uma preocupação com a habitabilidade diante dos negócios imobiliários que reservam terrenos propícios para a instalação de condomínios residenciais onde o *slogan* oferece vantagens ambientais, em contraponto aos loteamentos populares enquadrados como lugares nocivos.

Na região metropolitana diferentes lugares sofrem intervenções com a mesma finalidade pondo à mostra parte do cotidiano através da perda de qualidades do indivíduo, do espaço e do tempo.

---

<sup>39</sup> SANTOS, Hélio José dos. Urbanização e alterações ambientais em Itapevi e arredores: a contribuição da cartografia geomorfológica. Dissertação de mestrado, DG-FFLCH-USP, 1994.

## **2. Em meio à modernização crítica das relações de trabalho.**

O resultado do comprometimento em perseguir os mecanismos mediadores das dinâmicas de produção e ocupação do espaço na metrópole de São Paulo, durante os estudos da modernização capitalista e seu alcance desde a construção dos distritos sanitários, de modo inesperado, trouxe novas inquietações que cobraram um maior conhecimento empírico e teórico diante dos nexos de desenvolvimento solapado pelo processo de urbanização e do incremento da divisão do trabalho social.

Então levando em conta alguns artigos do Boletim Paulista de Geografia sobre a matéria *trabalho de campo*<sup>40</sup> e a ocasião atuando na função de Agente Comunitário de Saúde (ACS), avaliei que se tratava de um momento potencialmente proveitoso para uma amostragem atualizada da periferia metropolitana, está enquanto processo social, modo de vida e força produtiva, incorporando à pesquisa momentos da vida social.

Adiante no texto se intenta passar a uma concepção de metrópole que tenha em conta a potência da relação do complexo econômico da saúde com a expansão metropolitana.

### ***2.1. Um estudante de geografia no serviço comunitário de saúde***

O saneamento no urbanismo estratégico ligado ao discurso ambiental (ajuste teórico à prática do modelo capitalista) e de uma maneira obscurecida às estratégias de dominação dos indivíduos reaparece na ordem do dia. Mais tenaz em seu funcionamento sem desprezar suas antigas atribuições.

Na condição de estudante tive a chance de penetrar no debate da nova fase de produção do espaço metropolitano reiteradas vezes tomado como produto complexo do capitalismo contemporâneo. Conhecer essa literatura específica contribuiu para a tarefa de interpretar e assimilar a realidade diante da qual me deparava enquanto desempenhava a função de ACS.

Pois bem, considerando que a metrópole como local da produção de mercadorias envolvendo aí seus vínculos com a industrialização tem definido uma racionalidade e uma sociabilidade para além do interior das empresas, foi levado em conta mais uma importante

---

<sup>40</sup> Ver principalmente: BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia?, 2006, p. 25-50. In. Boletim Paulista de Geografia, n.º 84

questão: a própria constituição da metrópole sendo promovida para viabilizar o processo produtivo, criando não somente a possibilidade de se produzir mais produtos, mas todo um ambiente, uma mentalidade moldada no seio da sociedade capitalista.<sup>41</sup>

Como ACS se manteve certa proximidade dos elementos da chamada “era do saneamento” (período de produção das cidades identificado pelo planejamento higienista do espaço urbano), isso principalmente pela própria natureza do trabalho de um ACS, agente encarregado de informar a equipe de enfermagem sobre riscos epidemiológicos além do acompanhamento de acamados, hipertensos, diabéticos, gestantes e outros. No entanto, nessa função foi possível distinguir melhor o que vem a ser as políticas de promoção/ação em saúde e as políticas industriais no setor.

Por esse duplo envolvimento e pelo destaque do complexo econômico da saúde me ocorreu de retomar as questões sanitárias (ou de saúde) como uma das forças atuantes na manutenção da metrópole em São Paulo, uma entrada no debate do urbano metropolitano que abordaria uma peculiaridade do processo de urbanização na periferia: sua reprodução atrelada ao complexo econômico da saúde.

A novidade ao falar de controle sanitário do espaço urbano hoje apontaria para o “velho renovado”, reformado, aperfeiçoado, ou seja, um controle ajustado ao nível de reprodução desigual da sociedade. O que não significa estritamente que as ações dos serviços de saúde continuem reverberando em rearranjos espaciais inspirados nas metas sanitárias tradicionais, ainda assim tomamos o sentido de considerar o espaço como instrumento das classes dominantes, “instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais”.<sup>42</sup>

É bom que tenhamos em vista essa mudança essencial no modelo tecnológico de saúde como a gradual implantação do SUS a partir de 1988, onde foi sendo definido e estruturado o pacote normativo do sistema público de saúde no Brasil (saúde como direito social), necessário na medida em que cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras foram mobilizados para a condição de apêndice flexível em diferentes tarefas de trabalho, pois com o desenvolvimento do mercado imobiliário falar no ordenamento do urbano exclusivamente pelo viés médico-sanitarista se tornou um tanto deslocado inobservadas algumas

---

<sup>41</sup> “A nova divisão internacional do trabalho tem entre os necessários suportes dos seus atores hegemônicos, a necessidade de artificializar ainda mais o meio de vida e de trabalho, assim como a própria vida. Uma tecnosfera – natureza tecnificada com base científica – e uma psicofera – também artificializada – aparecem como condições sem as quais o presente momento histórico não se afirmaria. (...) A conformação das mentes, para a aceitação das novas condições de existência, a começar pela imersão no consumo, é um dado supraestrutural essencial.” (SANTOS, Milton. Por uma Economia Política da Cidade. 2009, p. 18.)

<sup>42</sup> LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. 2008, p. 160.

transformações.

O acesso aos conteúdos sociais da metrópole através da chamada “atenção básica ou primária” da “estratégia Saúde da Família”, prevista pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e aplicada sobre um território adscrito contando com o trabalho do Agente Comunitário de Saúde (ACS), de nenhuma forma foi pioneiro no debate geográfico, haja visto, por exemplo, a dissertação de José Raimundo dos Santos Ribeiro Júnior<sup>43</sup> que fez referência a posição especial dos agentes de saúde pela importância que este profissional assume diante da realidade que escapa com frequência das análises de muitos especialistas. Em suas próprias palavras:

a partir da possibilidade de acompanhar os agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim Gaivotas, pudemos entrevistar uma série de moradores desse bairro que se constituiu em uma das áreas de expansão da periferia da metrópole. Essa parceria foi essencialmente para a realização das entrevistas, pois os agentes de saúde, que em geral são moradores do próprio local onde trabalham, realizam visitas regulares aos domicílios mais necessitados e não apenas conhecem muito bem a realidade vivida pela população, como têm alguma relação de proximidade com essa mesma realidade. Assim, ao acompanhar os agentes de saúde em diferentes oportunidades, pudemos de alguma maneira vencer o obstáculo imposto pelo estranhamento na relação “entrevistador-entrevistado”, estranhamento ainda maior quando se trata de falar de questões tão delicadas como a fome. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 147-148)

Com um foco diferente nas visitas residenciais, estive a notar as interferências nos processos corporais tanto no intercâmbio com um ambiente que sofre efeitos do conjunto socioecológico, quanto pela crise do trabalho relatada por muitos moradores no Jardim Briquet. A companhia do pessoal da enfermagem comentando as alterações físicas como resultado do modo de vida foi fundamental para realmente haver uma polarização apoiada (se preciso) no quadro clínico/laboratorial, realçando a materialidade da realidade através do foco nos indivíduos reais.

A unidade de saúde, enquanto executora da atenção básica na Estratégia Saúde da Família, cumpre um papel relevante ao acompanhar uma grande demanda de procedimentos, dos quais aqueles ligados ao acesso e uso racional de medicamentos se destacam. Em um exemplo, observei que diversos pacientes sem ter o que comer em suas respectivas moradias tinham, no entanto, a chance de tomar remédios para controlar a pressão arterial ou a glicemia, problemas comuns na maioria das residências com idosos. Por coincidência ou não

---

<sup>43</sup> RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação de mestrado, DG-FFLCH-USP, 2008.

(!) são medicamentos genéricos produzidos com grande participação da indústria nacional, deixando a pista de haver nesse ponto uma chave para debates amplos entorno da reprodução das relações sociais.

Com as mudanças institucionais conduzidas por um Estado dominado por capitalistas e proprietários de terra um encadeamento de decisões como a regulação sanitária e econômica de medicamentos (Política Nacional de Medicamentos) e a prioridade dada ao que hoje chamamos Estratégia Saúde da Família, e que aparecem como as grandes vantagens quando o assunto se trata de expressar os compromissos do Estado diante da sociedade, essa e outras mudanças não deveriam ter sido isoladas das análises dirigidas à marcha da sociedade urbana anunciada por Henri Lefebvre,<sup>44</sup> precisamente porque a forma de construção dessa sociedade exige garantias de manutenção da vida.

## *2.2 Sondagem pela fresta do vivido*

Como é sabido a saúde remete imediatamente aos processos corporais. Sob as condições em que vivem os indivíduos na periferia metropolitana o quadro da saúde dessa população sem dúvida mantém um câmbio com as condições precárias de vida no urbano, condições estas que servem de incentivo para um dos ramos centrais na reafirmação de uma racionalidade capitalista espalhada pelo país e que aparece como democratização da saúde.<sup>45</sup>

Pode-se afirmar que a ocupação do espaço na expansão urbana criou dois problemas para os moradores do Jardim Briquet com impacto direto sobre a interação saúde-doença. O primeiro deles concerne ao relevo de formas diversificadas – sucessão de morros e esporões, pequenos maciços, várzeas e fundo de vales estreitos – onde essa população está fixada enfrentando batalhas para ir de um lugar a outro; o segundo problema é distância dos equipamentos de terapia, o que muitas vezes inviabiliza alguns tratamentos. É possível dizer ainda que outro problema aparece pelas poucas áreas recomendadas à ocupação urbana e que são reservadas para loteamentos que envolvem uma especulação imobiliária com preços altos.

Quer seja impactos diretos ou indiretos, o que importa é reconhecer nesse conjunto de interferências a localização dos indivíduos, buscando atingir a verdade social na mediação do

---

<sup>44</sup> LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. 2008.

<sup>45</sup> “Quanto à política como tal, ela constituiu e manteve somente relações políticas, e não relações sociais; essa é a essência da crítica marxista da filosofia hegeliana do Estado e da tese hegeliana sobre a classe política.” (LEFEBVRE. Henri. Espaço e política. 2008, p. 156)



vivido. Assim, no dia a dia das visitas às famílias, não buscava apenas informar a população sobre a rotina de atendimento da unidade de saúde, pois me interessava em escutar o que todas aquelas pessoas conseguiam elaborar pensando a própria condição de vida. Destaca-se que em sua maioria essa população considera que a escassez de espaços para o lazer como os parques públicos inviabilizam a prática de atividades que contribuem para um bem-estar, alavancando até mesmo doenças autoimunes.

Um outro aspecto relevante nos relatos se trata das histórias sobre o tempo de trabalho ou o tempo em que se trabalha. Lembrando que as histórias de expropriação do corpo se somam aqui as interferências apresentadas no primeiro capítulo, criando uma enorme demanda por tratamentos médico-hospitalares e que são ainda maiores se somadas a dominação imposta aos animais pelo homem.

Há uma diferença qualitativa entre as faixas etárias no tocante ao emprego da força de trabalho, ou seja, entre os idosos com mais de 65 anos de idade a frequência de trabalhadores que foram empregados na chamada “indústria pesada” é maior se comparado a população trabalhadora mais jovem empregada nos serviços em centros como Alphaville, Tamboré e até mesmo na cidade de São Paulo. Contudo a maior parte dos atendimentos esteve direcionado ao pessoal sem assistência particular de saúde (desempregados, empregadas e trabalhadores domésticos, aposentados e outros) sendo possível conferir de modo geral os tipos de acometimentos mais comuns.

No que se refere às consequências mais óbvias desse fenômeno vemos as instituições estatais e os poderes manipuladores administrando a rebelião que se processa pelo vivido e no concebido depois de reconhecido o circuito de captura das práticas sociais por um capitalismo de organizações.



### 3. Horizonte em escopo

Vimos de maneira sucinta e particular um conjunto de elementos internos e combinados ao processo de produção da metrópole, e que se insinuam como elementos condicionantes e determinantes para os modos de vida concretos, estes que conforme Marx e Engels marcam a observação do desenvolvimento histórico dos homens.<sup>46</sup>

Com a imposição de uma racionalidade científica espacial observada durante minha busca regressiva reconhecendo a higiene sanitária como mecanismos viabilizador do processo de diferenciação do espaço metropolitano, ou se se preferir como estratégias de classe criadas para garantir o rechaço e o esquecimento perante as condições de vida enfrentadas pelos indivíduos condenados ao negativo dos direitos, onde o mais comum dentro do curso de desenvolvimento da formação social é a fragmentação da vida vivida em esferas orientadas pelas necessidades do capital, aí se conectou um movimento de superação imprescindível no desenrolar do processo civilizatório captado inicialmente pela investigação da literatura que atualiza os termos para o tratamento da relação cidade-saúde.

A denominação que mais me despertara atenção para esse movimento foi a noção de saneamento ambiental, sobretudo porque no contexto da produção do espaço um dos complexos analíticos para expor a inserção da metrópole no processo social, explicitando a urbanização crítica, aborda a potência ideológica do *ambiente*.<sup>47</sup>

Se trataria assim de uma atualização das intervenções sanitaristas que no passado pesaram sobre o desenvolvimento de algumas cidades, atingindo com seu dinamismo uma pulverização através da construção dos espaços de atributos, como chamou Henri Lefebvre os espaços que articulam o teórico e o prático, o ideal e o real, numa configuração que se apresenta como modelo de coerência entre certo número de variáveis e parâmetros, sendo ao mesmo tempo uma estratégia de governo da população dirigida pelo Estado que dispõe as condições de acesso a possibilidades de vida.<sup>48</sup>

Na ânsia de acrescentar argumentos capazes de demonstrar esse movimento de superação, foi articulada até aqui uma exposição entre a expansão urbana e o novo complexo

---

<sup>46</sup> “Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições” (MARX e ENGELS, 2009, p. 94)

<sup>47</sup> DAMIANI, Amélia Luisa. La urbanización crítica em la metrópoli de São Paulo, a partir de fundamentos de la geografía urbana, 2010, p. 40.

<sup>48</sup> LEFEBVRE, Henri. Espaço e política, 2008, p. 41.

econômico e social da saúde, ambos capturados por uma economia financeira ficcionalizada que buscou diretamente dois setores notáveis para sua reprodução. Em síntese, com a metropolização e a respectiva produção de lugares se agravaram nichos de realização do capital ao mesmo tempo em que foi embasada a reprodução da sociedade. Isso, aliás, mobilizando o setor de saúde como estratégia especial dessa realização em vista do alcance que este ramo da racionalidade tem no cotidiano e enquanto filtro de regulação das taxas populacionais, tanto do ponto de vista das “inclusões produtivas”, quanto das “exclusões necessárias” no que tange às necessidades de regulação da vida e da circulação de frações do capital.

De outra maneira se pode dizer que o esboroar dos discursos sobre salubridade das moradias diante dos problemas da insalubridade e completo descaso em amplas porções da metrópole, põe um quadro em destaque e este equivaleria ao empenho de pesquisar a profundidade do processo de reprodução que inclui a transformação do espaço submetido ao complexo da saúde.

Como etapa para melhorar o entendimento dessa questão há uma necessidade de detalhamento das estratégias do setor farmacológico que se espacializa comumente como medicamentos e outros insumos, isso com o intuito de desnaturalizar em todos os níveis a reprodução da sociedade.

Torna-se imprescindível ao mesmo tempo aprofundar o exame do poder político no Brasil através das ações do Estado para equilibrar o setor em pauta, sem deixar de lado o esforço dos grupos organizados em torno das questões urbanas e de saúde para mobilizar e sensibilizar para a importância dessa discussão.

## Considerações finais

Pelo levantamento registrado no texto a guinada no tratamento teórico da questão urbana não impele que sejam excluídas da análise geográfica do urbano temáticas supostamente superadas pela modernização das cidades, ainda mais sendo temas acompanhados como processos em metamorfose que se projetam muito além de desprezíveis reminiscências ou da semântica que lhes envolvem, onde o caso do complexo econômico da saúde nos valeu como exemplo, acabando por exigir uma maior precisão analítica das esferas sociais observadas ao nível das práticas e da reprodução da sociedade.

Seja qual for o poder e quem for o poder terá que lidar com uma população desgastada na interação com um ambiente socioecológico. Vemos atualmente o poder na forma do Estado se prontificando em acolher essa demanda mesmo que parcialmente. Vemos também que a postura desse Estado é de quase ignorar as condições de trabalho e moradia em benefício de grupos econômicos, sobretudo aqueles que formam setores arrojados como de e-health.

A metropolização do espaço como reprodução concreta de uma racionalidade alinhada ao controle capitalista do espaço aparece conectando pontos no território, sendo plausível até mesmo falar em especializações regionais, onde a urbanização processada simultaneamente é capaz de aprofundar ainda mais o quadro que observamos em São Paulo. Sendo isso uma ilação empírica baseada nas andanças pela metrópole de São Paulo e alhures, cabe ressaltar que as alterações da relação espaço-tempo, relações de propriedade e uso da terra, criam um laço de negação do bem-estar que de modo contraditório é substituído por pacotes de tratamento antiestresse onde se passa do lugar de consumo para o consumo dos lugares.

Com a metropolização do espaço em São Paulo toda configuração territorial que empolgou Mikes Davis<sup>49</sup> a chamar de *climatério* o ambiente das grandes concentrações humanas nas cidades, desponta ao fim desta avaliação como face de uma perversidade que continua se sustentando ao se planejar um tecido urbano necrosado.

---

<sup>49</sup> DAVIS, Mike. Planeta favela, 2013.

## Referências Bibliográficas

- ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (organizadoras). Dilemas Urbanos: nova abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 45-56.
- ALMEIDA, Henrique Caruso. Patrimônio industrial e memória. A formação da cidade de Itapevi SP a partir da contribuição da Santa Rita S.A. Biblioteca Municipal de Itapevi (arquivo), 2006.
- Associação dos Docentes da USP. O Controle Ideológico na USP (1964-1978). São Paulo: Adusp, 2004.
- Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, n.º 84. São Paulo: AGB, 2006.
- CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano. São Pulo: Edusp, 2008.
- COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria. Tese de doutorado. DH-FFLCH-USP, 1999.
- COSTA, Emília Viotti. Itapevi, uma das vanguardas da expansão paulistana. In. AZEVEDO, Aroldo de. A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana, Vol. IV. Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção São Paulo: AGB, 1958.
- DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia. São Paulo: Contexto, 1991.
- DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética. In: DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. (organizadoras). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 48-60.
- DAMIANI, Amélia Luisa. La urbanización crítica en la metrópoli de São Paulo, a partir de fundamentos de la geografía urbana. Revista de Geografia Norte Grande, v. 46, p. 29-43, 2010.
- DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, p. 161-172.
- DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- DOWBOR, Ladislau. A reprodução social. São paulo, 2001. (Disponível em: [dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf](http://dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf))
- GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

- GURGEL, Cristina. Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2010.
- HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2013.
- HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora. 1999.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2011
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbana-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada, 1994.
- LENCIONI, Sandra. Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da Dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006, p. 107-118.
- Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAES, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau. (organizadores) História da vida privada no Brasil 3: República da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 131-214.
- MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista (cap. XXIII). In: O Capital (Livro Primeiro, Tomo 2), 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo 2009
- MATTOS, Carlos A. de. Modernización Capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006, p.41-77.
- POSTIGO, Vânia Regina Miranda. Espaços Vigidos: Um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo-colônia Santo Ângelo (1890/1960). Dissertação de mestrado. DG-FFLCH-USP, 2008.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação de mestrado, DG-FFLCH-

USP, 2008.

ROCHA, Alexandre Souza da. Espaço e política na centralidade da periferia. In. DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. (organizadoras). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p. 160-164

SEABRA. O. C. L. Urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese de livre-docência. DG-FFLCH-USP, 2003.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916. Fiocruz, 1995.

[dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf](http://dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf)

[www.investe.sp.gov.br](http://www.investe.sp.gov.br)

[www.jusbrasil.com.br/legislacao/](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/)